

A Educação ambiental na gestão municipal*

Environmental education in local environmental policies

*Lais Maria Borges de Mourão Sá***

Resumo

O artigo discute as relações entre o trabalho de educação ambiental e a dimensão política implícita nas ações de gestão ambiental. Coloca questões teóricas e práticas a respeito da articulação entre as dimensões macro (Estado) e micro (sociedade). Utilizando os conceitos de ecodesenvolvimento, sustentabilidade, cultura política, subjetividade e cidadania, discute as implicações éticas, políticas e culturais do modelo capitalista de desenvolvimento e seu impacto nas questões ambientais. Define a educação ambiental em sua dimensão micro-política e intersubjetiva como uma prática pedagógica de caráter comunitário voltada para a organização de uma rede local de autogestão das questões ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão Ambiental. Democracia direta.

Abstract

This paper addresses the relationships between environmental education and the existing implicit political issues of environmental policies. Theoretical and practical questions are raised concerning government-society associations in these relationships. Ethical and political implications of the capitalist model of development, and their impact on environmental issues are discussed in light of the concepts of ecodesvelopment, sustainability, political culture, subjectivity and citizenship. Environmental education is redefined as a pedagogical community undertaking that is aimed at organizing a local self-management network of its environmental issues.

Keywords: Environmental education. Environmental management. Politics. Community.

* Este texto resume palestra realizada no 4º Fórum de Educação Ambiental de Goiânia, em 31/10/00.

** Doutora, Professora da Faculdade de Educação da UnB. E-mail: lais@fe.unb.br

O ambientalismo emerge culturalmente neste final de milênio como um paradigma que coloca a necessidade de transformação de valores e idéias nos mais diversos campos. Sua capacidade aglutinadora e multirreferencial provoca cada vez mais a necessidade de construção de consensos sobre nossa interpretação do passado e nossos desejos de futuro.

Como campo de convergência entre dimensões e contextos antes vividos de modo fragmentado, a questão ambiental exige repensar a conexão entre ecologia e economia, entre o público e o privado, entre a natureza, a comunidade e a pessoa, tornando cada vez mais evidente a inoperância dos pressupostos neo-liberais básicos. Os princípios do mercado livre e da democracia liberal burguesa já demonstraram historicamente que são nocivos e ineficazes para a regulação das relações socio-ambientais, devido à ética do interesse privado que orienta seu funcionamento, impedindo que prevaleçam os interesses ecológicos, os quais são de natureza essencialmente coletiva.

Diversos autores, como Ardoino & Berger (1998), Leis (1996) e Levi (1995) têm discutido a importância de uma compreensão do ambientalismo como campo de construção teórico-prática de um novo paradigma que venha responder às complexas questões colocadas pela crise de valores e de percepção vivenciada neste momento civilizatório.

Um dos principais aspectos por eles apontados é a necessária articulação entre o mapeamento global das questões envolvidas na crise ambiental e a simultânea organização de processos locais de gestão ambiental, pois a compreensão ampliada da interconexão sistêmica dos fenômenos socio-ambientais contemporâneos deve estar integrada e informando estratégias localizadas para a criação de soluções específicas, a partir da referência da sustentabilidade dos modelos propostos.

Quando se fala de gestão municipal, dentro do campo de atuação da Educação Ambiental (EA), o primeiro aspecto a ser colocado é a questão da relação entre **ambientalismo, desenvolvimento e sustentabilidade**.

Três pontos básicos surgem então:

1- as **questões ambientais** trazem em seu bojo a necessidade de uma mudança de paradigma, em que o olhar fragmentado sobre a realidade seja substituído por uma visão da complexidade e da interrelação entre os diversos aspectos envolvidos no exercício da administração pública;

2- a noção de **desenvolvimento** deve ser questionada enquanto modelo de referência do sistema socio-econômico que gerou a crise ambiental global, dando lugar a uma noção de *ecodesenvolvimento*;

3- a noção de **sustentabilidade** deve ser compreendida como quadro de referência para a construção de um modelo complexo que responda às necessidades de superação da crise ambiental local.

A interação entre os temas do ambientalismo e do desenvolvimento é uma questão que já tem história a ser registrada, como faz Sachs (1998, p. 36), ao apontar os seus primórdios na década de 70, quando se falava, no âmbito das discussões internacionais, da busca de “um outro desenvolvimento”, como um caminho próprio a ser perseguido em cada país, como seu próprio estilo alternativo, criado a partir de sua própria realidade, e não a partir da importação de modelos exógenos. Basicamente, era a lógica do mercado capitalista que então já se questionava, colocando-se a prioridade nas necessidades socio-ambientais em cada caso. Como diz Sachs,

trata-se de aprender a pensar em termos de valores de uso, desgastando assim a crença de que a riqueza definida, calculada e acumulada simplesmente em termos de valores de troca poderia ser considerada como sinônimo de riqueza real da sociedade.

Promover a simultaneidade entre os processos de produção e distribuição; buscar a harmonia tecnológica com a natureza, articulando objetivos sociais, ecológicos e econômicos; e promover as mudanças institucionais necessárias são os três pilares do desenvolvimento alternativo, tal como sugere o prof. Sachs.

Para colocar em prática essas propostas, o grande desafio é como articular as ações de administração pública, nos níveis macro e micro, de modo a fazer surgir na prática o modelo de *ecodesenvolvimento* próprio de cada realidade em questão.

É interessante revisitar as principais conseqüências epistemológicas apontadas por Sachs a respeito dessa transformação do conceito de desenvolvimento, pois elas nos mostram como as questões econômicas estão cada vez mais sendo pensadas em suas interconexões sistêmicas com os níveis político e cultural, no quadro das relações socio-ambientais. São elas:

- relativização da lógica de mercado capitalista; reconhecimento da primazia do político sobre o econômico;
- articulação entre biodiversidade e diversidade cultural;
- planejamento dialógico que viabilize negociações e contratos na sociedade civil;
- modulação dos estilos de vida e de consumo, gerando tecnologias apropriadas, incentivando a produção direta da subsistência pela economia doméstica, e circuitos de troca paralelos ao mercado livre;
- promoção da interdisciplinaridade para construir pontes teóricas entre os modelos das disciplinas no campo das ciências humanas e destas com as ciências da natureza, fazendo com que as variáveis estratégicas de um campo possam transformar-se em parâmetros para outro, e a fim de que os processos de co-evolução possam ser entendidos em toda a sua complexidade;

- buscar sempre a referência das unidades territoriais mais amplas (ecossistemas, biomas) ao lidar com as questões locais, de modo a não perder a visão de totalidade que deve inclusive transcender os limites nacionais, quando for necessário, com vistas a uma tomada de consciência planetária da crise ecológica.

A noção de **sustentabilidade** aparece concomitantemente à discussão sobre o ecodesenvolvimento, servindo como um conceito de síntese que enfatiza a necessidade de respeito aos limites colocados pela capacidade dos ecossistemas e das lógicas culturais a eles integradas, de modo a permitir a conservação de seu potencial de reprodução. Ela vem, portanto, reforçar a idéia da co-evolução entre biodiversidade e diversidade cultural, sendo o principal argumento para a defesa de uma economia negociada e contratual.

Alguns autores, como Orr (1992), desenvolveram a noção de uma “crise de sustentabilidade” que afeta gravemente a modernidade, interpretando-a não apenas como uma crise socio-econômica e ecológica, mas também como uma crise psíquica e espiritual, responsável pela perda dos vínculos éticos que protegiam as relações de domínio sobre a natureza, nas sociedades que antecederam o atual modelo civilizatório.

Orr fala das “armadilhas sociais” da racionalidade capitalista, que prometem recompensas a curto prazo, camuflando os prejuízos a médio e longo prazo; comenta sobre a lógica do “homem econômico” capitalista, que é destituído de uma ética dos limites e busca a autogratisificação imediata (a lógica do lucro); e se refere ao crescente domínio técnico da natureza como um conhecimento sobre o qual nossa espécie não tem condições de assumir as responsabilidades por suas conseqüências, principalmente a engenharia genética e as armas nucleares, cujos efeitos propagam-se em rede, a longo prazo e de modo imprevisível. Propõe que a ciência e a tecnologia devem ser limitadas por uma *ecoética* que ofereça uma compreensão integrativa de nosso lugar no cenário planetário das espécies vivas.

As colocações de Orr apontam para as questões básicas da **política** como nível de organização da consciência coletiva que deve determinar as decisões econômicas, se desejamos que prevaleça o princípio da sustentabilidade.

Também em Unger (1991), encontramos a idéia de uma crise de percepção que contamina a construção da *polis* na nossa sociedade, entendendo-se este termo como a organização da vida coletiva. Uma tal crise de percepção manifesta-se como visão de mundo fragmentada, a qual se projeta sobre a vida coletiva, engendrando a separação entre o lugar do poder e a construção do político, o que vem a inviabilizar na prática a possibilidade real da democracia, e a legitimar o papel do tirano (autoritarismo), não só no nível do Estado, mas no interior mesmo da vivência intersubjetiva dos cidadãos.

Tudo isso gera uma perda dos limites, nas relações com a natureza, na própria pessoa e no social, assim como o medo do novo e da diferença. São as questões éticas que sustentam a construção do político.

Podemos observar o impacto desse quadro no exemplo das opções tecnológicas de nossa sociedade, citado por Orr. Segundo ele, para fazer a vida mais simples e sustentável, só é preciso uma parte da tecnologia atualmente disponível; boa parte dela é dispensável. Os excessos tecnológicos só se justificam em termos de competição, e têm custos drásticos em termos de padrões destrutivos de comportamento. Todos estes aspectos apontam para questões éticas básicas sobre a condição humana e a evolução da vida no Planeta. Citando Aldo Leopold, um dos pais da ética dentro do ecologismo, afirma que “uma coisa é certa quando leva à preservação da integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Se não for assim, está errada”.

A intenção das propostas de EA na gestão municipal deve ser, portanto, a criação de bases sustentáveis para relações democráticas capazes de promover e preservar valores adequados a uma *ecoética* e ao ecodesenvolvimento. Em seu estudo sobre a *Moralidade da Democracia*, Avritzer (1996), tomando por base Weber e Habermas, discute as teorias da modernização e da transição para a democracia, trabalhando com a diferenciação habermasiana entre razão instrumental e razão comunicativa.

O autor coloca que a transição necessária para a construção de valores sustentáveis, visando uma *ecoética*, deve ser abordada enquanto uma ação política que incida sobre as condições de produção de formas coletivas de solidariedade. Os valores que assim emergirem também deverão prevalecer para a normatividade administrativa, no nível institucional do poder público.

Neste sentido, entende-se que o mundo da vida micro-política e das interações interpessoais locais deve ter precedência sobre o mundo macro das organizações do Estado e da economia de mercado, servindo como referência para a normatização destas últimas, num sistema democrático. Segundo Habermas, nas sociedades modernas, o Estado e o mercado são cada vez mais autônomos em relação a valores e normas sociais, regulando-se por mecanismos sistêmicos próprios. Trata-se, pois, de reverter essa tendência, se temos como meta a construção do ecodesenvolvimento.

Avritzer propõe a noção de uma *cultura política* para se pensar o fenômeno da cidadania dentro de processos de democratização. No lugar de uma concepção da democracia com base na livre coordenação no interior do sistema político (acordos entre partidos, campanhas eleitorais guiadas pela mídia, votos de cabresto, currais eleitorais, boca de urna, etc), em analogia com os pressupostos neo-liberais das relações de livre mercado, ele propõe pensar a

cidadania como articulação entre o sistema político e o movimento socio-cultural que recria normas, valores e tradições, no interior das relações sociais, trazendo o foco da discussão para o plano das relações Estado-sociedade. Para a superação das práticas autoritárias que acompanharam os processos de transição em todos os países na década de 80, há necessidade de instaurar mecanismos de controle social no nível cotidiano.

Na mesma direção vão as colocações de Bookchin (1999), ao analisar o papel das redes de organizações locais na formulação política, na coordenação administrativa e na moralização da esfera pública. O autor propõe uma ação política de empoderamento da organização social e de socialização do poder no nível das famílias, das escolas, das unidades de produção e consumo, dos conselhos comunitários e outras formas de associação local, diferenciando este espaço com relação à esfera estatal. Desenvolve assim um conceito ativo e participante de cidadania, que aponta para a formação de relações em rede, não-hierarquizadas e descentralizadas, voltadas para a autogestão e a participação direta de cada indivíduo. Neste sentido, ganham profunda significação os aspectos da cultura local que possam fazer emergir novas formas de sociabilidade, com base numa ética própria, sustentando uma relação de pertencimento à base ecológica local e um reconhecimento de interesses comuns.

Para isso, as ações de EA devem estar basicamente sustentadas por metodologias de gestão para o ecodesenvolvimento, tendo como objetivo a necessidade apontada por Vieira (1998, p. 72) de “gerar mecanismos de regulação política capazes de induzir mudanças de percepção, atitudes e comportamento condizentes com o entendimento das causas humanas da crise ambiental e com a experimentação de estilos de vida alternativos”.

Desta forma, a questão ambiental penetra progressivamente nas dimensões mais invisíveis e pouco focalizadas da vida social, onde são gestadas, conservadas e transformadas as bases éticas que regulam as relações cotidianas. Encontramos aí a tematização das questões da **subjetividade** e sua relação com as práticas políticas e o exercício da cidadania.

Embora sendo um tema altamente marginalizado e discriminado no campo histórico de legitimidade das ciências humanas, encontramos já em Max Weber e no pensamento sociológico alemão alguns primórdios da preocupação teórica com a questão da subjetividade, o que viria a se tornar, nos anos mais recentes, uma linha específica de estudos e pesquisas a articular interdisciplinarmente as diversas áreas de conhecimento das ciências humanas. No comentário de Carvalho (1998, p.120), a questão da subjetividade

resulta de um cruzamento de sentidos, em que se inscrevem tanto as possibilidades emancipatórias da experiência subjetiva, quanto a vivência narcísica e atomizada de uma privacidade que se constitui sobre a ilusão de estar fora da esfera pública e da política.

Encontramos também em Santos (1996) uma reflexão sobre a subjetividade como um modo de ser profundamente enraizado nas diversas instâncias sociais, colocando a relação entre emancipação social, subjetividade e cidadania.

Segundo ele, a questão da subjetividade, enquanto fundamento para a prática da cidadania, envolve a auto-reflexividade e a capacidade do sujeito de articular-se na interconexão das diferenças que constituem o contexto das suas relações na sociedade civil. Embora a cidadania tenha sido tematizada pelo pensamento liberal como equalização e mecanismo regulador da relação Estado-sociedade, aponta-se agora a necessidade de articular diferenças pessoais e coletivas, numa integração complexa entre cidadania e subjetividade.

Tentando compreender as razões da tendência de reduzir a questão da subjetividade à individualidade isolada do sujeito, Guattari (1986) fala da crise da subjetividade em sua relação com a exterioridade do outro. Este seria um efeito psico-social do padrão cultural dominante no capitalismo mundial integrado, gerando uma perda de valor da alteridade, o que inclui as relações do indivíduo consigo mesmo e com os planos societário, planetário e cósmico.

O autor interpreta com clareza os efeitos homogeneizantes gerados pela atuação concomitante do mercado e do Estado, produzindo um sistema de valores unidimensional responsável pelo controle e manipulação da subjetividade pessoal e coletiva. Esta ação massificadora, operada principalmente pela mídia, está visceralmente direcionada ao consumo, forjando a opinião pública através de estratégias simbólicas que, ao mesmo tempo, geram um efeito repressivo sobre a diferença pessoal/grupal.

Guattari lança um alerta sobre a necessidade de se “conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante” e de se restabelecer a dinâmica entre o singular e o coletivo, o público e o privado. Para que novos modos de produção da subjetividade sejam experimentados, é preciso estimular a vivência de experiências moleculares de emancipação, em que as práticas intersubjetivas possam se recompor com base numa *ecosofia*.

Assim, o trabalho de EA começa por uma tarefa pedagógica, no sentido de criar as condições intersubjetivas a partir das quais sejam construídos os valores que vão sustentar novos comportamentos e novas práticas coletivas. Novamente a reflexão de Bookchin (1999) sobre a construção das redes de poder local nos remete à formação do que ele chama de “grupos de afinidade”,

células integradas e descentralizadas de pessoas autônomas que atuam como centros energéticos de projeção do futuro, de experiência e inovação, operando a partir dos desejos e problemas vividos no cotidiano.

A dominação impregna até mesmo, e principalmente, o modo de apreensão do real e a relação sujeito-objeto, gerando um conceito egocêntrico de necessidade e ignorando a integridade subjetiva do outro, suprimindo a diversidade desde o nível psíquico mais íntimo, da sensibilidade e do entendimento do mundo. Faz-se necessário, então, gerar uma rede de células livres, cada pessoa sendo um ponto de liberdade em relação de complementaridade e simpatia ativa com a outra.

Bookchin aponta, inclusive, que este é o modelo que nos é oferecido pela organização dos ecossistemas, onde cada forma de vida ocupa um lugar único no equilíbrio total, preservando-se a diversidade e o desenvolvimento espontâneo na unidade dinâmica do todo. Para ele, “a revolução não é apenas uma ruptura com a ordem estabelecida, mas também com as estruturas psíquicas e mentais que esta origina” (Bookchin, 1999, p. 71).

É no bojo destas colocações que aqui fazemos a ponte entre as questões de sustentabilidade colocadas pelo ecodesenvolvimento e o tema axial das relações entre subjetividade e democracia, para abordar a problemática metodológica da EA enquanto instrumento da gestão ambiental participativa .

No plano das relações municipais, fazem-se necessárias mudanças na cultura administrativa, no sentido de se pensar a gestão ambiental em pequena escala, enquanto participação comunitária, num contexto de planejamento descentralizado. Segundo Dowbor (1999), esta idéia significa gerar um sistema de organização dos consensos da sociedade civil num espaço limitado (municipal), que também seja capaz de organizar a informação e democratizar as decisões, atendendo às demandas sobre qualidade de vida no nível local.

A gestão participativa do espaço local considera o poder municipal como uma unidade básica de organização social, e tem por meta gerar capacidade de autogestão econômica e social. Toma como referência princípios de descentralização e desburocratização, colocando o técnico a serviço da comunidade. Dowbor cita entre as metas possíveis deste enfoque:

- gerar conhecimento sobre questões locais, formando centros de estudos municipais para mobilizar as capacidades intelectuais locais, articulando escolas, e elaborando materiais didáticos localmente;
- mobilizar autarquias estatais locais, e articulá-las com sindicatos, associações e representações profissionais;
- criar comitês de bairros e regionais;

- gerar manifestações setoriais, com atuação específica em áreas críticas, como saúde, saneamento, agricultura, etc.;
- formar conselhos de desenvolvimento municipal.

Neste sentido, cabe à administração municipal criar as condições políticas para que se torne possível o surgimento de sistemas organizados de elaboração de consensos e gestão de conflitos, implantando-se um processo de democracia direta permanente, como um terceiro eixo de organização da sociedade civil, paralelamente aos eixos político partidário e sindical-trabalhista.

Referências

- ARDOINO, J. e BERGER, G. *As ciências da educação: analisadares paradoxais das outras ciências*. Trad. Rogério de Andrade Córdova, mimeo, FE/UnB, 1998.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: *A moralidade da democracia*, São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 125-151.
- BAPTISTA, Dulce Maria T. Construção da subjetividade e da cidadania do migrante: uma reflexão crítica. In: *Cidadania e subjetividade*, São Paulo: Imaginário, 1997, p. 17-42.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio, mimeo, FE/UnB, 1997.
- _____. A Escuta Sensível na Abordagem Transversal. In: *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: EdUFSCar, 1998, p. 168-199.
- BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo libertário*. São Paulo: Imaginário, 1999.
- BRANDÃO, Carlos R. Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. In: *Somos as águas puras*. São Paulo: Papyrus, 1994, p. 71-135.
- CARVALHO, Isabel. As transformações da cultura e o debate ecológico: desafios políticos para uma educação ambiental. In: *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1998, p. 113-126.
- _____. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental, onde fica? In: Sorrentino et al. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995, p. 58-62.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant' Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 39-62.
- DOWBOR, Ladislau. *Poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DRENGSON, Alan. Shifting paradigms: from technocrat to planetary person. In: *Deep ecology movement: introductory anthology*. California North Atlantic Books, 1995, p. 74-100.
- ECHEVERRIA, Thais M. As relações homem-natureza e o dilema ecológico. *Temáticas*, Campinas, UNICAMP, v. 4, n. 7, p. 9-29, jan./jun. 1996.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus, 1989.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LAGES, Vinícius Nobre. Estudos comparativos sobre o desenvolvimento: a contribuição de Ignacy Sachs. In: *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998, p. 121-139.

LEIS, Héctor R. Para uma teoria das práticas do ambientalismo. In: *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996, p. 113-142.

LEROY, Jean Pierre. Movimentos Sociais e Políticas Ambientais. In: Sorrentino et al. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*, São Paulo: Gaia, 1995, p. 127-131.

LEVI, Franco. Compreensão evolutiva dos conceitos em educação e ciência ambiental. In Sorrentino et al. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995, p. 33-39.

LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço*. Lisboa: Instituto Piaget, (s/d).

MANFROI, Vânia Maria. O sujeito militante: desejos e projetos. In: Baptista et al. (Orgs.). *Cidadania e subjetividade*. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 265-290.

MARTINS, Leila Chalub. Aspectos sociais e antropológicos do desenvolvimento sustentável: o caso do acampamento de trabalhadores rurais sem terra de Água Fria, Goiás. In: *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1998, p. 319-326.

MORAES, Edmundo Carlos. A construção do conhecimento integrado diante do desafio ambiental: uma estratégia educacional. In: *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1998, p. 35-54.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: Schnitman, Dora F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 275-289.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Trion, 1999.

ORR, David W. The problem of sustainability. In: *Ecological literacy, education and the transition to a postmodern world*. New York: State University of New York, 1992, p. 2-22.

_____. Two meanings of sustainability, In: *Ecological literacy, education and the transition to a postmodern world*. New York: State University of New York, 1992, p. 23-40.

_____. A tale of two systems: sustainability in international perspective, In: *Ecological literacy, education and the transition to a postmodern world*. New York: State University of New York, 1992, p. 41-60.

_____. Education and sustainability: an approach press, In: *Ecological literacy, education and the transition to a postmodern world*. New York: State University of New York, 1992, p. 133-140.

ORLANDI, Eni P. O Discurso na Educação Ambiental. In: Trajber, R. e Manzochi, L. H. *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia, 1996, p. 37-47.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOLOGIA HUMANA. *A ecologia humana como fundamento do método vivencial na prática da educação/gestão ambiental*. Coletânea de Textos, mimeo, FE/UnB, 1998.

- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998, p. 161-163.
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- _____. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 235-280.
- SAWAIA, Bader B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 35-53.
- SILVA, Telma D. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental. In: Trajber, R. e Mazochi, L. H. *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia, 1996, p. 47-58.
- UNGER, Nancy Mangabeira. Cosmos e Polis: fundamentos filosóficos dos movimentos ecológicos. In: *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 63-91.
- VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 45-98.
- VASCONCELOS, Hedy S. R. A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental. In: *Educação ambiental, reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 260-289.

Recebido: 23.11.2000

Aceito: 16.02.2001

